

PRESS' MEIO AMBIENTE

Nº216 Terça-feira – 14 de março de 2017

Por Scott CHAURAND, Caroline VIEIRA

www.juristes-environnement.com



ATUALIDADE

A ONG « 1% pelo planeta » e o clube de rugby do estádio Rochelais realizaram uma parceria. No Ministério do Meio Ambiente, na presença da ministra Ségolène Royal, o presidente da ONG “1% pelo planeta”, existente desde 2016, Charles Kloboukoff, realizou com o presidente do clube de rugby do estádio de Rochelais uma parceria na qual o clube se engajará em repassar 1% da bilheteria dos jogos do Top14 e da Copa da Europa das temporadas 2016-2017 e 2017-2018 ao fundo de doações da ONG com o objetivo de apoiar as ações ambientais. Essa iniciativa é uma grande novidade tanto para o mundo esportivo profissional quanto para a ONG “1% pelo planeta”. Para o diretor geral do estádio Rochelais, Pierre Venayre, esse engajamento é uma “ilustração de três valores fundamentais do clube: o progresso, o engajamento e a solidariedade”. Do lado da ONG, esperamos que esta parceria seja apenas a primeira de várias que estejamos por vir.



URBANISMO – ELEITOS E ASSOCIAÇÕES QUEREM REFORÇAR A REGULAÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA CAUSADA PELOS AEROPORTOS FRANCESES

Mais de vinte eleitos da Ilha de França, dos quais a maior parte é membro da associação nacional “Cidade e Aeroporto” e mais uma dezena de associações de defesa ribeirinha vão recorrer perante o Conselho de Estado para forçar a França a estar em conformidade com a diretiva europeia de 25 de junho de 2002, relativa à gestão e à avaliação do barulho no meio ambiente. Na realidade, essa diretiva impõe aos Estados membros a obrigação de realizar uma cartografia para os grandes aeroportos, caracterizados por 50.000 movimentos por ano, e de instaurar planos de prevenção de barulho no meio ambiente (PPBE) cinco anos após a diretiva, ou seja, em 2007 para a cartografia e em 2008 para os PPBE. Inicialmente, as associações pretendem denunciar a falta de PPBE para o aeroporto de Bougert, que não foi adotado, apesar da consulta pública de fevereiro a abril de 2105. Além disso, os requerentes pretendem anular as insuficiências dos PPBE dos aeroportos de Orly e de Roissy. Depois de ter feito um requerimento ao primeiro-ministro no dia 26 de dezembro de 2016 e não obter resposta, o advogado das requerentes pretende apresentar um recurso e uma queixa à Comissão Europeia.



CLIMA – A CALOTA POLAR ESTÁ EM PERIGO COM O AUMENTO DA TEMPERATURA EM 2°C



Durante a Conferência sobre as mudanças climáticas em Paris em 2015 (COP 21) os Estados se engajaram a conter o aquecimento climático abaixo de 2°C e de continuar a tomar medidas para limitá-lo em 1,5°C. Um estudo publicado pela *Nature Climate Change* mostrou que esse esforço poderia salvar a calota polar no verão ártico.

Mas se o termômetro ganhasse 2°C, o gelo teria apenas 60% de chance de sobreviver ao verão. Um aquecimento de cerca de 1,5°C faria com que o gelo tivesse cerca de 2,9 milhões de km². No caso contrário, um aquecimento de mais de 2°C faria com que a calota tivesse cerca de 1,2 milhões de km². Em 2012 foi registrado a sua menor extensão com apenas 3,41 milhões de km². É preciso saber que se nada for feito para reduzir o aquecimento climático, o Ártico não terá mais nenhuma calota durante o verão dentro de meio século. Essa calota é essencial para a sobrevivência das espécies. Essa superfície branca contribui também para frear o aquecimento, reenviando a radiação solar para o espaço, impedindo o calor do oceano de aquecer o ar.



NUCLEAR – DEMOLIÇÃO DO CENTRO NUCLEAR DE PLUTÔNIO EM CADARACHE

A empresa Areva, discretamente, acabou de completar um projeto difícil: a demolição completa do centro de tecnologia de plutônio (ATPu) do CEA instalado em Cadarache. Desde 1962 passaram dezenas de toneladas de plutônio por este lugar e hoje ele está limpo de toda a radioatividade. Em 2009 houve uma crise entre o CEA e a autoridade de segurança nuclear quando foi descoberto mais plutônio que o previsto no lugar. O ATPu permitiu a fabricação de 350 toneladas de combustíveis que continham plutônio misturado com urânio para fazer funcionar o parque nuclear da empresa de energia francesa EDF em 1989 até 2003. A última operação em 2004 do ATPu permitiu converter o plutônio militar das ogivas no contexto de subvenções com a Rússia em combustível para um reator civil e em seguida esvaziar o local de material nuclear e tornar possível a demolição em 2008. O problema é a filtração de pó fino que escapa cada vez em quantidades muito pequenas para serem medidas. Embora a quantidade seja pequena, repetida milhões de vezes ela pode chegar a dezenas de quilogramas.



Julgamento nº 1503615 M. X / Município de Mandres-en-Barrois do dia 28/02/2017

Em um julgamento do dia 28 de fevereiro, o tribunal administrativo de Nancy cancelou a cessão do Bosque Lejuc à Agência Nacional para a Gestão de Resíduos Radioativos (Andra). Esta deveria instalar no bosque chaminés de arejamento para o centro Cigeo de enterro de resíduos nucleares.

Segundo o tribunal administrativo “o voto a sufrágio secreto do dia 02 de julho 2015 à 6h00 da manhã aconteceu de maneira irregular”. De fato, mesmo que o voto a sufrágio secreto seja autorizado pelo artigo L. 2121-21 do Código Geral das Coletividades Territoriais, o município tem que provar que um terço dos conselheiros municipais presentes pediram o voto a sufrágio secreto ou que o prefeito assim solicitou, segundo a jurisprudência, o que aparentemente não foi o caso.

No entanto, o tribunal indica que “o vício processual que é censurado é regularizável e intima assim o município de Mandres-en-Barrois de regularizar o processo em um prazo de quatro meses, adotando uma nova deliberação aprovando os termos do acordo”.

Corte de Apelação de Paris, Polo 1 – câmara 2, 23 de fevereiro de 2017, nº 15/22928

No dia 23 de fevereiro de 2017, a Corte de Apelação de Paris confirmou a decisão do Tribunal de Grande Instância de Paris do dia 10 de novembro de 2015 rejeitando o pedido feito pela Associação Nacional Maçã e Pera de excluir do relatório publicado pela associação Greenpeace França o termo “envenenado”. Para a associação, o adjetivo “envenenado” é muito degradante. Os juízes consideraram que “a liberdade de expressão é um direito cujo exercício não pode ser contestado com fundamento no artigo 1382 do Código Civil, salvo degradação de um produto ou serviço que produz responsabilidade civil se uma pessoa física ou jurídica determinada não é questionada”.

Assim, o juiz deve verificar se o autor agiu no interesse geral e “determinar em que medida este ultrapassou ou não os limites admissíveis da liberdade de expressão”.

Relembrando que Greenpeace tem como objetivo a proteção ambiental, os juízes consideraram que a associação agiu “com um objetivo de interesse geral e de saúde pública” e que a utilização do adjetivo “envenenadas” demonstra um “estilo proporcional ao objetivo visado”.



Em maio de 2016 a Academia Americana de Ciências revelou um relatório de análise mundial sobre as culturas geneticamente modificadas. Esta publicação científica concluiu pela falta de riscos sanitários e ambientais das plantas transgênicas comercializadas e notou apenas a ausência de lucros nos rendimentos. A problemática é a independência da escrita devido aos conflitos de interesses no comitê de especialistas que coordenam o relatório (colocar em causa a integridade de um texto feito por uma instituição de prestígio é raro). O “viés financiamento” é quando uma empresa privada financia um estudo, situação em que há uma tendência para que as conclusões sejam mais favoráveis aos interesses da empresa. Seis membros de vinte dos cientistas reunidos pela Academia tinham sido financiados em seus trabalhos de pesquisa por sociedades ligadas à biotecnologia vegetal nos três anos anteriores ao lançamento do relatório. Sabendo que cinco das sociedades detêm as autorizações sobre os organismos geneticamente modificados destinados à agricultura. A instituição se encontra igualmente em uma situação de conflito de interesses financeiros. Em 2014 as três principais sociedades (Monsanto, Dow e DuPont) têm cada uma cinco milhões de dólares na Academia.



ANIMAIS – PRESENÇA DEMASIADAMENTE IMPORTANTE DE RESÍDUOS RADIOATIVOS SANGLIERS PERTO DE FUKUSHIMA



Apesar da decisão do governo de retirar as ordens de evacuação de quatro cidades situadas próximas de Fukushima, a presença de javalis contaminados radioativamente pode tornar esta decisão difícil de se aplicar.

Existem dois problemas em relação à presença deles. Primeiramente, por falta de controle de natalidade, o número de javalis tornou-se muito importante, passando de 3000 a 13000 segundo o New York Times. Além disso, eles são radioativos, como comprova o nível de céσιο 137, elemento radioativo, aproximadamente 300 vezes superior que as normas de segurança.

Para reduzir esta expansão, foi distribuído a autoridades um guia com procedimentos a adotar. É recomendado construir armadilhas especiais e recorrer a drones para espantá-los. Em Nihonmatsu, três ossuários foram escavados para depositar aproximadamente 1800 javalis. No entanto, em Soma, as autoridades instalaram incineradores concebidos para queimar as carcaças dos animais e ao mesmo tempo filtrar o céσιο 137 radioativo.

Apesar de todos os esforços, o retorno da população continua utópico, sabendo que mais que a metade da antiga população não deseja retornar.



Green deal – ACORDO ENTRE AGÊNCIA IMOBILIÁRIA ORPI E O ESTADO

O Estado, por meio do Ministério da Habitação, e a rede imobiliária Orpi assinaram no dia 28 de fevereiro um “acordo verde”. Este acordo, que não é juridicamente obrigatório, vai fazer com que a empresa Orpi encoraje os proprietários privados a tomar medidas com a finalidade e melhoramento do desempenho energético de suas habitações. Neste sentido, os agentes imobiliários vão explicar de maneira pedagógica aos clientes, vendedores, compradores, coproprietários, locatário... Para isso, os agentes participarão de uma formação para conhecerem os diferentes tipos de ajudas disponíveis, os atores a quem devem se direcionar e ainda o tipo de trabalho que pode ser realizado para melhorar o desempenho energético das habitações. Por este acordo, o Ministério entende que é melhor compreender e responder de maneira mais eficaz aos freios técnicos, econômicos e sociais que impedem o desenvolvimento da renovação energética. Antes de generalizar o dispositivo, os agentes da Orpi, ele será experimentado em dois setores pela duração de quatro a seis meses nas cidades de Val de Marne e Toulouse. Finalmente, nota-se que nenhum objetivo específico e quantificado foi avançado em relação ao melhoramento do rendimento energético.